

ESTADO DE SÃO PAULO

Analistas são contra um novo pacote

*Economistas dizem
que outro ajuste fiscal é
desnecessário e até inviável
no curto prazo*

Economistas consideram que editar hoje um novo pacote fiscal para equilibrar as contas públicas não seria uma medida necessária nem viável para o governo. Ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso negou um novo pacote fiscal.

Segundo o economista-chefe do banco BMC, Marcelo Allain, o governo não precisaria editar um novo conjunto de medidas para melhorar a situação das contas públicas que se encaminham, na sua opinião, para um estado preocupante. Ele calcula que o déficit público deverá ser superior a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

Para o economista, bastaria que o governo pusesse em prática as

medidas de contenção de gastos editadas em novembro. Nessa época, o governo se propôs a reduzir as despesas, reprogramando gastos e demitindo funcionários públicos não-estáveis, porém não cumpriu as metas. "Ele precisa mostrar uma posição mais coerente."

"No curto prazo, não daria para fazer um novo pacote", afirma o economista e analista político Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores Associados. Segundo ele, do ponto de vista político não seria conveniente baixar medidas restritivas na véspera de eleições. Além disso, o economista destaca que, do lado da arrecadação, o governo não teria mais espaço para ampliar receitas. Do ponto de vista das despesas

com juros, pessoal e transferências para os Estados e municípios (vinculados à Constituição) também não há espaço para cortes.

O diretor-financeiro do Bicbanco, Paulo Mallmann, também vê necessidade de pacote fiscal para

equilibrar as contas públicas em 1998 porque o assunto deve ser tratado no longo prazo. "Um novo déficit primário este ano não preocupa porque a reforma da Previdência garante o superávit no próximo ano."

"O que o governo poderia fazer é conter as despesas com custeio, mas isso ele não está fazendo", diz Ribeiro. Na sua opinião, o remédio para consertar as contas públicas a médio prazo é aprovar a reforma da Previdência.

28 MAI 1998
GOVERNO TEM
DE CUMPRIR META
DE REDUÇÃO DE
GASTOS